

MP cria 'filhotes' regulatórios na energia

MP cria 'filhotes' regulatórios na energia

Depois da renovação dos contratos de concessão, governo Dilma teve de criar uma série de instrumentos para mudar a legislação

Renée Pereira

A Medida Provisória 579, que criou as bases para a renovação dos contratos de concessão de usinas, distribuidoras e transmissoras, deu origem a uma série de “filhotes” na regulação do setor elétrico. Desde então, foram mais de oito instrumentos usados para mudar a legislação do segmento, segundo o Instituto Acende Brasil. “E a maioria sem discussão prévia com os agentes do setor”, reclama o presiden-

te da entidade, **Claudio Sales**.

Ele e outros executivos reconhecem a legitimidade da redução da tarifa (em média de 20%) promovida pelo governo. “A crítica é a forma como o processo foi conduzido, sem transparência e diálogo e com truculência.” Para piorar a situação, diz Sales, antes mesmo de virar lei, o governo teve de soltar decretos corrigindo erros e imperfeições da MP (com o valor das indenizações, por exemplo), o que resulta em mais instabilidade.

Outra decisão decorrente do processo de renovação das concessões foi o cancelamento do leilão de compra de energia pelas distribuidoras. O governo deduziu que haveria adesão total à proposta de renovação. Como Cemig e Cesp não aceitaram as condições, as distribuidoras ficaram expostas em mais de 2 mil MW e tiveram de recorrer ao mercado de curto prazo.

Para complicar ainda mais, o preço da energia nesse mercado estava nas alturas (superou R\$

3000 MWh em janeiro) por causa dos baixos níveis de reservatórios e operação das térmicas. A solução para cobrir o rombo criado nos cofres das distribuidoras foi um decreto que alterou as normas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para usar os recursos do fundo. O Tesouro também ajudou no socorro para evitar que os custos fossem repassados para os consumidores e afetassem os índices de inflação.

Como os reservatórios ainda estão em níveis abaixo da expecta-

● Críticas

CLAUDIO SALES

PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

“A crítica (à MP 579) é a forma como o processo foi conduzido, sem transparência e diálogo e com truculência.”

MARCELO PARODI

SÓCIO DA COMPASS

“Esse vaivém de decisões cria muito insegurança. O problema é que, nos últimos 20 anos, o setor elétrico se tornou mais complexo, com mais integrantes, e tão interligado que qualquer mudança numa área específica traz reflexos para todas as demais áreas.”

tativa e as termelétricas terão de continuar no sistema, o governo criou uma outra fórmula para absorver os custos entre abril e julho, explica o sócio da comercializadora Compass, Marcelo Parodi. Uma parte do Encargo

de Serviço do Sistema (ESS) será paga pelos compradores de energia (na maioria dos casos, as distribuidoras). A outra metade será rateada entre os demais agentes do setor, como comercializadores e geradores – uma forma de evitar que o custo seja repassado imediatamente para o consumidor final.

Os geradores não concordam com a medida. “Somos punidos duas vezes, por estarmos expostos e por estarmos no mercado”, diz o presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia (Abrage), Flávio Neiva. A partir de agosto, essa fórmula pode mudar de novo, já que o governo pretende alterar a formação do preço do mercado de curto prazo (chamado de PLD), com mudanças estruturais no sistema usado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Vaivém. Na corrida para preparar a renovação dos contratos, o governo decidiu suspender uma operação que as geradoras normalmente faziam em dezembro.

Chamada de sazonalização, a transação consiste em distribuir durante o ano o volume de energia contratada. Em determinados meses, as geradoras vendem energia no mercado de curto prazo; em outros, compram, dependendo da estratégia de cada um.

Como os preços estavam elevados em janeiro, a Eletrobrás – que amargou prejuízo histórico de R\$ 10 bilhões no quarto trimestre de 2012 – argumentou que teria perdas de R\$ 600 milhões e pediu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendesse as operações. A princípio, houve paralisação do mercado de curto prazo. Mas, depois de muita pressão, a agência voltou atrás e manteve as transações – uma vez que o caso poderia parar na Justiça.

A Eletrobrás saiu perdendo e companhias como Cemig e Tractebel levaram a melhor, pelas posições assumidas. “Esse vaivém de decisões cria muita insegurança. O problema é que, nos últimos 20 anos, o segmento se tornou mais complexo, com mais

integrantes, e tão interligado que qualquer mudança numa área específica traz reflexo para toda a cadeia”, diz Parodi.

Para Nivalde Castro, professor da UFRJ, é preciso definir claramente as regras para evitar novos transtornos. Isso porque, com a dificuldade de construir usinas com reservatórios, a cada ano o País terá menos energia hídrica no período seco. Além disso, a contratação de térmicas por disponibilidade é muito cara.

A preocupação dos especialistas é que tantas mudanças repentinas possam dificultar ainda mais a estabilidade das empresas. A estatal Eletrobrás, por exemplo, precisa arrumar a casa para conseguir tirar do papel seu ambicioso plano de investimentos de R\$ 52,4 bilhões até 2017.

Completando a lista de dúvidas, o setor teme que as revisões tarifárias apertem ainda mais a margem das distribuidoras e comprometam a capacidade de investimentos na expansão do setor. Eletropaulo e Cemig já passaram pelo processo.



Depois da renovação dos contratos de concessão, governo Dilma teve de criar uma série de instrumentos para mudar a legislação

A Medida Provisória 579, que criou as bases para a renovação dos contratos de concessão de usinas, distribuidoras e transmissoras, deu origem a uma série de "filhotes" na regulação do setor elétrico. Desde então, foram mais de oito instrumentos usados para mudar a legislação do segmento, segundo o **Instituto Acende Brasil**. "E a maioria sem discussão prévia com os agentes do setor", reclama o presidente da entidade, **Claudio Sales**.

Ele e outros executivos reconhecem a legitimidade da redução da tarifa (em média de 20%) promovida pelo governo. "A crítica é a forma como o processo foi conduzido, sem transparência e diálogo e com truculência." Para piorar a situação, diz **Sales**, antes mesmo de virar lei, o governo teve de soltar decretos corrigindo erros e imperfeições da MP (como o valor das indenizações, por exemplo), o que resulta em mais instabilidade.

Outra decisão decorrente do processo de renovação das concessões foi o cancelamento do leilão de compra de energia pelas distribuidoras. O governo deduziu que haveria adesão total à proposta de renovação. Como Cemig e Cesp não aceitaram as condições, as distribuidoras ficaram expostas em mais de 2 mil MW e tiveram de recorrer ao mercado de curto prazo. Para complicar ainda mais, o

preço da energia nesse mercado estava nas alturas (superou R\$ 300o MWh em janeiro) por causa dos baixos níveis de reservatórios e operação das térmicas. A solução para cobrir o rombo criado nos cofres das distribuidoras foi um decreto que alterou as normas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para usar os recursos do fundo. O Tesouro também ajudou no socorro para evitar que os custos fossem repassados para os consumidores e afetassem os índices de inflação.

Como os reservatórios ainda estão em níveis abaixo da expectativa e as termoelétricas terão de continuar no sistema, o governo criou uma outra fórmula para absorver os custos entre abril e julho, explica o sócio da comercializadora Compass, Marcelo Parodi. Uma parte do Encargo de Serviço do Sistema (ESS) será paga pelos compradores da energia (na maioria dos casos, as distribuidoras). A outra metade será rateada entre os demais agentes do setor, como comercializadores e geradores - uma forma de evitar que o custo seja repassado imediatamente para o consumidor final.

Os geradores não concordam com a medida. "Somos punidos duas vezes, por estarmos expostos e por estarmos no mercado", diz o presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia (Abrage), Flávio Neiva. A partir de agosto, essa fórmula pode mudar de novo, já que o governo pretende alterar a formação do preço do mercado de curto prazo (chamado de PLD), com mudanças estruturais no sistema usado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Vaivém.

Na corrida para preparar a renovação dos contratos, o governo decidiu suspender uma operação que as geradoras normalmente faziam em dezembro. Chamada de sazonalização, a transação consiste em distribuir durante o ano o volume de energia contratada. Em determinados meses, as geradoras vendem energia no mercado de curto prazo; em outros, compram, dependendo da estratégia de cada um.

Como os preços estavam elevados em janeiro, a Eletrobrás - que amargou prejuízo histórico de R\$ 10 bilhões no quarto trimestre de 2012 - argumentou que teria perdas de R\$ 600 milhões e pediu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendesse as operações. A princípio, houve paralisação do mercado de curto prazo. Mas, depois de muita pressão, a agência voltou atrás e manteve as transações - uma vez que o caso poderia parar na Justiça. A Eletrobrás saiu perdendo e

Companhias como Cemig e Tractebel levaram a melhor, pelas posições assumidas. "Esse vaivém de decisões cria muita insegurança. O problema é que, nos últimos 20 anos, o segmento se tornou mais complexo, com mais integrantes, e tão interligado que qualquer mudança numa área específica traz reflexo para toda a cadeia", diz Parodi.

Para Nivalde Castro, professor da UFRJ, é preciso definir claramente as regras para evitar novos transtornos. Isso porque, com a dificuldade de construir usinas com

reservatórios, a cada ano o País terá menos energia hídrica no período seco. Além disso, a contratação de térmicas por disponibilidade é muito cara.

A preocupação dos especialistas é que tantas mudanças repentinas possam dificultar ainda mais a estabilidade das empresas. A estatal Eletrobrás, por exemplo, precisa arrumar a casa para conseguir tirar do papel seu ambicioso plano de investimentos de R\$ 52,4 bilhões até 2017. Completando a lista de dúvidas, o setor teme que as revisões tarifárias apertem ainda mais a margem das distribuidoras e comprometam a capacidade de investimentos na expansão do setor. Eletropaulo e Cemig já passaram pelo processo.